



ADRIANO CODATO  
FÁBILA BERLATTO  
BRUNO BOLOGNESI

## Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica

---

*Análise Social*, LIII (4.º), 2018 (n.º 229), pp. 870-897

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018229.02>

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)



**Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica.** Acredita-se que haja um crescimento da direita no Brasil desde o início da década de 2010. Esse é um fenômeno complexo, já que, aparentemente, não se trata da direita habitual. Ao lado daquela direita ligada aos grandes partidos vinculados historicamente ao regime ditatorial-militar há novos tipos de partidos e novos perfis de políticos nesse lado do espectro político. O objetivo deste artigo é identificar os diferentes perfis da direita brasileira. Isso será realizado através de uma tipologia indutiva, ou seja, de uma descrição pautada em casos significativos, empiricamente existentes nessa família política. Foram propostos cinco tipos para caracterizar os políticos da direita nacional: o político tradicional de direita, o político da nova direita popular, o político da direita populista, o político da direita neoliberal e o político da direita libertária. Este é um modelo heurístico que deve ser aperfeiçoado à luz de novas evidências.

**PALAVRAS-CHAVE:** ideologia política; direita brasileira; partidos de direita; políticos profissionais; Câmara dos Deputados.

**A typology of right-wing politicians in Brazil: an attempt toward empirical classification.** There has been a common assumption as of late that the political right has grown in Brazil since 2010. This is a complex phenomenon, as we do not seem to be before the customary political right. Alongside the right associated with major political parties historically connected to the dictatorial-military regime there are new types of parties and new political profiles on this side of the political spectrum. The objective of the article is to identify the different profiles of the Brazilian right-wing by means of an inductive typology, that is, a description grounded on significant empirical cases within this political family. We propose five different types to characterize politicians within Brazil's right: the traditional politician of the right, the politician of the new popular right, the politician of the populist right, the politician of the neoliberal right, and the politician of the libertarian right. This is a heuristic model that should be improved in the light of new evidence.

**KEYWORDS:** political ideology; Brazilian political right; right-wing parties; professional politicians; Congress.

ADRIANO CODATO

FÁBIA BERLATTO

BRUNO BOLOGNESI

## Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica

Há, desde o início da década de 2010, um crescimento da direita no Brasil.<sup>1</sup> Esse fenómeno seria contemporâneo do avanço da extrema-direita na Europa e nos EUA e seria uma evidência a mais da guinada conservadora das democracias ocidentais a partir do início do século XXI.

Todavia, no Brasil esse processo é extremamente complexo porque, a par da antiga direita – ligada aos partidos tradicionais vinculados ao regime ditatorial-militar, como o DEM (o novo nome do PFL) e o PP (antigo PPB, PDS e Arena) –, há ao menos três factos novos: a ascensão de uma direita religiosa com o aumento numérico da “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados<sup>2</sup>; o surgimento de uma direita tipicamente liberal, em economia e em costumes, representada seja pelo NOVO, seja por uma corrente que disputava a hegemonia no PSL, OS LIVRES; e por último, mas não menos importante, a ascensão de movimentos sociais conduzidos por novas lideranças políticas de fora do *establishment* político tradicional, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Tudo isso vem acompanhado por um aumento exponencial da presença e da audiência de intelectuais ultraconservadores nos novos media eletrónicos e pelo seu crescente protagonismo na esfera

1 Agradecemos os comentários dos pareceristas anónimos da *Análise Social*. Os erros e imprecisões remanescentes são da inteira responsabilidade dos autores. Adriano Codato contou, para a realização deste artigo, com uma bolsa da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) durante estágio de pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, entre 2015 e 2016 – Processo n.º 99999.006157/2014-09.

2 Cf. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014). No apêndice há uma lista das siglas dos partidos brasileiros e do seu significado.

pública.<sup>3</sup> Outra medida, ainda que indireta, da prosperidade da direita brasileira é o aumento no número de filiados aos seus novos partidos. Cervi constatou que entre 2014 e 2016 o Solidariedade, partido ligado à Força Sindical, ganhou 133 500 filiados, o PSD inscreveu 116 200 novos simpatizantes enquanto o Partido dos Trabalhadores, a maior organização de centro-esquerda do país, apenas 1 700. No cômputo geral, “o partido identificado com a representação evangélica, o PRB, foi o quarto melhor saldo, com 76,5 mil filiados” a mais.<sup>4</sup>

A multiplicação de partidos, movimentos, organizações, militantes e simpatizantes da nova direita brasileira não produziu um grande volume de estudos em ciência política. Apenas nos últimos cinco anos foram realizados trabalhos sobre a direita parlamentar<sup>5</sup>, sobre as preferências ideológicas dos eleitores (Telles e Storni, 2011), sobre passeatas conservadoras (Ortellado e Solano, 2016; Tatagiba, Trindade e Teixeira, 2015) e sobre ativismo digital (Brugnago e Chaia, 2015; Quadros e Moraes, 2016; Segurado, Chicarino e Malina, 2016), mas, apesar de esta ser uma lista mais exemplificativa que exaustiva da literatura disponível, não há, ainda, uma grande produção sobre o assunto.

O objetivo deste artigo é propor uma ordenação dos diferentes tipos políticos da direita brasileira contemporânea a fim de circunscrever os traços característicos da “velha” e da “nova” direita nacional. A nossa tipologia é mais indutiva do que teórica e, como não deduzimos esses tipos empíricos de um conceito de direita previamente formulado, a catalogação aqui executada não pretende oferecer uma tipologia ideal, mas apenas uma sistemática descritiva. Apesar de ter pretensões explicativas, a lista de tipos aqui proposta ambiciona, em primeiro lugar, apresentar e diferenciar algumas espécies existentes nessa mesma família política por meio de alguns casos significativos do fenômeno.

3 Para um balanço do tamanho da bancada evangélica por partido no início da legislatura atual (2015-2018), v., entre outros, Dip (2015). Sobre o partido NOVO, v. Barbosa, Schaefer, e Ribas (2017). Para uma visão geral sobre o avanço da direita fora do Brasil, v. Blanco (2017). Para uma primeira tentativa de classificação desse fenômeno, separando a “velha” da “nova” direita, v. Codato, Bolognesi e Roeder (2015). Sobre a retórica dessa nova direita, v. Chaloub e Perlatto (2016).

4 Emerson Urizzi Cervi, E a direita brasileira continua crescendo. Blog *Em público*. Disponível em <https://blogempublico.wordpress.com/2016/06/10/e-a-direita-brasileira-continua-crescendo-nao-so-na-elite-politica-na-base-tambem/> [consultado em 18-04-2017].

5 V. principalmente Babireski (2016); Berlatto, Codato e Bolognesi (2016); Cassotta (2016); Codato, Bolognesi e Roeder (2015); Faganello (2015); Gerardi (2016); Lacerda (2017); Scheeffler (2016); Vasquez e Fernandes (2015).

Na primeira secção, trabalharemos com os dados sobre os 2 565 deputados federais eleitos entre 1998 e 2014, separando-os por blocos ideológicos conforme as classificações de cada partido correntes na literatura especializada. Mapeamos, através de estatística descritiva, a inflação da direita parlamentar no Brasil, documentando a oscilação das bancadas dos seus diferentes partidos na Câmara dos Deputados utilizando o modo tradicional de classificação ideológica dessas agremiações (esquerda, centro, direita). Na segunda secção, antes mesmo de apresentar a nossa própria tipologia da direita brasileira, recorremos à categorização de Coppedge (1997b, 1998) a fim de mostrar que tipo de direita cresceu eleitoralmente e que tipo de partido mais cresceu, de facto, em termos relativos. Na terceira secção enumeramos os princípios da nossa classificação e, na quarta, apresentamos cinco tipos identificáveis na direita nacional: o político *tradicional* de direita, o político da nova direita *popular*, o político da direita *populista*, o político da direita *neoliberal*, o político da direita *libertária*. Os casos escolhidos a fim de ilustrar essa tipologia são, entretanto, meramente exemplificativos e não representativos (ou seja, não intentam extrapolações) dos tipos médios presentes na direita contemporânea nacional. A nossa expectativa é sugerir um modelo heurístico que consiga dar conta da heterogeneidade e da complexidade desse novo fenómeno político.

### IDEOLOGIAS POLÍTICAS E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

O Brasil sempre foi caracterizado por uma quantidade nominal de partidos bastante elevada, como de resto outros países. Porém, os seus indicadores de fragmentação legislativa seguem um padrão diferente. Para fazermos um exercício comparativo<sup>6</sup>, Portugal conta com 46 partidos nominais, 2,86 partidos efetivos legislativos e 3,59 efetivos eleitorais e idade média de 35,15 anos das suas legendas.<sup>7</sup> Já o Brasil apresenta 35 partidos nominais, 13,22 partidos efetivos legislativos e 14,06 partidos efetivos eleitorais com idade média de 17,71 anos.<sup>8</sup> No período analisado por nós – 1998-2014 – foram criados no Brasil 11 partidos, enquanto em Portugal apenas cinco. O que fica claro com esse pequeno exercício comparativo é que a quantidade de partidos nominais

6 Os dados sobre número efetivo de partidos podem ser encontrados em Gallagher (2015).

7 Cf. Comissão Nacional de Eleições, Quadro II – Partidos Políticos Portugueses, por ano de inscrição e n.º de eleições a que concorreu para a Assembleia da República. Fonte: <http://cne.pt/content/quadro-ii-partidos-politicos-portugueses-por-ano-de-inscricao-e-no-de-eleicoes-que-concorreu-para> [consultado em 05-01-2018].

8 Dados calculados a partir de Tribunal Superior Eleitoral, partidos políticos registrados no TSE. Fonte: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse> [consultado em 05-01-2018].

está longe de ser um problema em qualquer país. O problema é a capacidade de mobilização eleitoral que os partidos desfrutam, o que no Brasil é especialmente pernicioso, na medida em que a dinâmica do sistema partidário é incapaz de coordenar o voto e sedimentar lealdades (Nicolau e Schmitt, 1995).

Em segundo lugar, a dinâmica sistêmica no Brasil é bastante fluída. Os partidos são criados e dissolvidos com bastante facilidade. Isto deve-se principalmente a três fatores de ordem distintas. O primeiro, político, onde o custo para a criação de uma legenda passa por coletar assinaturas de 5% dos eleitores que votaram nas últimas eleições legislativas em pelo menos um terço das unidades da federação. O segundo, de ordem financeira, em que o fundo partidário, o recurso financeiro advindo do Estado, é distribuído sem que o partido tenha tido sequer um voto. Parte do recurso estatal é dado de forma equânime entre todas as legendas. E o terceiro, de ordem institucional, qual seja a patronagem partidária (Jalali e Lisi, 2009), em que os partidos recebem grande incentivo para sobreviver dos milhares de cargos que desfrutam e indicam em secretarias, ministérios, agências regulatórias, empresas estatais, etc.

A cristalização do sistema partidário tem ocorrido com frequência no topo da cadeia política. A dinâmica da disputa presidencial dual entre PT e PSDB cria oposições que apesar de tudo estruturam, minimamente, o sistema (Melo, 2010). Contudo, tal estruturação ocorre ao nível das coligações nas eleições proporcionais, o que é incapaz de gerar uma polarização nominal, mas apenas entre partidos aninhados em torno de um grupo de apoiadores de um ou outro partido presidencial (Limongi e Vasselai, 2016). Ou seja, há um sistema que ao mesmo tempo estrutura preferências em torno das candidaturas presidenciais, mas é incapaz de fazer isso de forma institucional, com partidos políticos; só o faz com grupos de partidos coligados entre si.

A principal consequência é que de entre todos os países da América Latina o Brasil é o que apresenta a segunda menor proporção de parlamentares que iniciam sua carreira através dos partidos políticos. Apenas 21,3% dos deputados entrevistados pela PELA (1994-2011) afirmaram ter no partido político o seu primeiro contacto com a política profissional (apenas a Bolívia apresenta menor proporção, com 20,6%). Todos os demais países apresentam percentagem acima de 40%, liderados pelo Panamá onde 76,6% afirmam terem ascendido por esta via (Alcántara, 2016). Ou seja, a carreira política dos legisladores brasileiros inicia-se já distante das agremiações partidárias, o que faz com que as suas afinidades eletivas com as ideologias ocorram após estes já acumularem um capital individual razoável fora do partido. No Brasil, o partido político é um atributo do candidato e não o inverso, como costuma ser em democracias avançadas (Alcántara, 2016). Ainda, apesar de um debate inconclusivo, a volatilidade eleitoral brasileira é bastante elevada na medida

em que, desapegados das suas afiliações partidárias, os candidatos movem-se de legenda em legenda, trazendo consigo o seu eleitorado e dando brecha para a mudança de coloração das preferências eleitorais de eleição para eleição (Braga, 2010; Peres, Ricci e Rennó, 2011).

Diante deste quadro instável, poder-se-ia conjecturar sobre a dificuldade em classificar os partidos políticos brasileiros em torno das suas tonalidades programáticas. Embora não haja acordo entre especialistas em política brasileira, o emprego sistemático de diferentes métodos para catalogação e agrupamento dos partidos em função de um eixo esquerda-centro-direita produziu algum consenso sobre o posicionamento relativo das principais siglas nacionais (Tarouco e Madeira, 2013).

O quadro 1 discrimina as forças políticas que apresentaram candidatos à Câmara Federal nas últimas cinco eleições (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) no Brasil.

#### QUADRO 1

Distribuição dos partidos políticos brasileiros por grandes grupos ideológicos

ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT	(P)MDB <sup>1</sup> , PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS, PPS	PAN, PEN <sup>2</sup> , PFL/DEM, PGT, PL, PR, PPB/PP <sup>3</sup> , PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD*, PSD**, PSDC <sup>4</sup> , PSL, PSN, PST, PT do B <sup>5</sup> , PTB, PTC, PTN <sup>6</sup> , SD

1 O “Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB” retirou o “Partido” da sua nomenclatura e passou a utilizar apenas “MDB” como sigla ao final de 2017, como já fazia no regime da ditadura militar. A exigência do uso no nome de “Partido” e, por conseguinte, a presença do “P” nas siglas partidárias, esteve vigente por força legal no Brasil de 1979 (LOPP 6 767, art. 5º, § 1.º) à sua revogação em 1995 (LPP 9 096, art.º 15, item I). Segundo a legislação de 1979 o objetivo era evitar que os eleitores confundissem os partidos políticos com outras organizações e movimentos que utilizam siglas.

2 O “Partido Ecológico Nacional – PEN”, que esteve sempre ligado à denominação neopentecostal Assembleia de Deus utiliza o nome de “Patriota” desde o final de 2017, quando pretendia ter como candidato presidencial às eleições de 2018 o deputado federal Jair Bolsonaro.

3 O “Partido Progressista – PP” mudou recentemente o seu nome para “Progressistas” no primeiro semestre de 2018.

4 O “Partido Social Democrata Cristão – PSDC” alterou o seu nome para “Democracia Cristã” no primeiro semestre de 2018.

5 O “Partido Trabalhista do Brasil – PT do B”, dissidência do PTB nos anos 1990 é um amontoado de outros pequenos partidos como o PNT (Partido Nacionalista dos Trabalhadores), incorporado em 1989, o PSU (Partido Socialista Unido), incorporado em 1990, o PASART (Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista), incorporado em 1992, o PNTB (Partido Nacionalista dos Trabalhadores Brasileiros), incorporado em 1992. Modificou o nome da legenda para “Avante” ao final de 2017.

6 O “Partido Trabalhista Nacional – PTN” alterou o seu nome para “Podemos” para abrigar a candidatura do senador Álvaro Dias em meados de 2017.

Obs.: \* extinto em 2003; \*\* criado em 2011

Fonte: Elaboração dos autores.

Como todos os sistemas de classificação, este acima proposto também possui algumas dificuldades.<sup>9</sup>

Em primeiro lugar, nem todos esses partidos tiveram candidatos eleitos, como foram os casos de PSTU, PCB, PPL, PCO, PGT, PSN. Desses, os quatro primeiros têm programas claramente socialistas/comunistas, mas o PGT (Partido Geral dos Trabalhadores), apesar de ter surgido ligado a uma central sindical de trabalhadores (a CGT), foi em 2003 incorporado ao Partido Liberal, de direita. O Partido da Solidariedade Nacional (PSN) era a denominação do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) cujo programa político sustenta, ao mesmo tempo, valores conservadores vinculados à moral cristã tradicional e valores alinhados com temas clássicos da esquerda, como a necessidade de políticas distributivas e forte atuação estatal no campo económico.

Por outro lado, alguns partidos são muito novos, e a sua atuação parlamentar é mais governista que ideológica, como são os casos do PSD (fundado apenas em 2011) e o do Solidariedade (SD), surgido em 2013. O primeiro foi criado para fortalecer a posição do governo do PT junto ao centro-direita à época; o segundo nasceu para o propósito oposto, ou seja, de fazer oposição ao governo de Dilma Rousseff. Contudo, ambos foram base de sustentação do presidente da República Michel Temer, do MDB.

As fusões das siglas entre si (o Partido da República (PR), um partido de líderes evangélicos, resultou do casamento entre o Partido Liberal e o PRONA, de extrema direita), as frequentes mudanças de denominação (os direitistas PFL tornaram-se “Democratas” em 2007 e o PPB passou a chamar-se apenas “Partido Progressista” em 2003), em que os rótulos contrariam não só os

9 Recentemente, uma série de partidos políticos mudaram os seus nomes no Brasil. Usualmente tais mudanças possuem explicações estruturais como o mau desempenho do partido *incumbent*, mudanças nas clivagens sociais dos países (Baker et al., 2016), na fonte de recursos dos partidos (Levitsky e Way, 2002) ou em escândalos de corrupção (Coppedge, 2012; Hazan e Rahat, 2010). Contudo, a explicação da mudança no *brand* partidário está ligada ao descompasso das elites partidárias e à sua base de eleitores (Lupu, 2014). Ainda que no Brasil tenha se alterado apenas o *label* do partido e não o *brand* inteiramente, é preciso levar em conta que boa parte dessa mudança se relaciona com o cenário político nacional. No caso do PFL/DEM o vetor de mudança foi o mau desempenho que a legenda vinha acumulando nas últimas eleições. Nos casos de PTDOB/Podemos e PEN/Patriota a mudança deveu-se à tentativa de aproximação de um potencial candidato à presidência, buscando espaço numa nova e flexível legenda. Os casos do PP/Progressistas, PTN/Avante, PSDC/Democracia Cristã e PMDB/MDB são frutos do desgaste das legendas e de uma tentativa de realinhamento com um eleitorado em busca de mudança, com baixa confiança nos políticos e partidos tradicionais. Para resumir, Lupu (2013) parece oferecer a melhor explicação: as mudanças nas orientações, nomes, arranjos no interior dos partidos são sempre uma tentativa de conectar as elites dos partidos aos votos dos eleitores, ainda que cada partido utilize métodos diferentes para tanto.



conteúdos reais, mas a genealogia histórica dessas organizações, torna o quadro partidário brasileiro bastante confuso. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) reclama-se como o continuador do PTB fundado por Getúlio Vargas em 1945, mas defende posições conservadoras. Agremiação oportunista e governista, abriga dois partidos que foram sendo derrotados e absorvidos (Partido Social Democrático, Partido dos aposentados da nação (Ferreira, Batista e Stabile, 2008) por esse grande expoente da direita.

As mudanças de posição ao longo do tempo (o PPS, antigo Partido Comunista Brasileiro tornou-se cada vez mais centrista e sempre fez oposição aos governos de centro-esquerda liderados pelo PT; o PMN nasceu no início dos anos 1980 reformista e nacionalista e converteu-se num partido eleitoral sem identidade muito clara), tornam muito difícil, para o analista, um agrupamento congruente das famílias ideológicas. O caso do PAN – Partido dos *Aposentados* da Nação – é um exemplo da impossibilidade de, pelo nome, situá-lo ideologicamente. O caso do PEN – Partido *Ecológico* Nacional – é mais equívoco ainda, já que o ambientalismo está em segundo plano na agenda da organização e, em primeiro, a sua ligação com a igreja evangélica Assembleia de Deus.

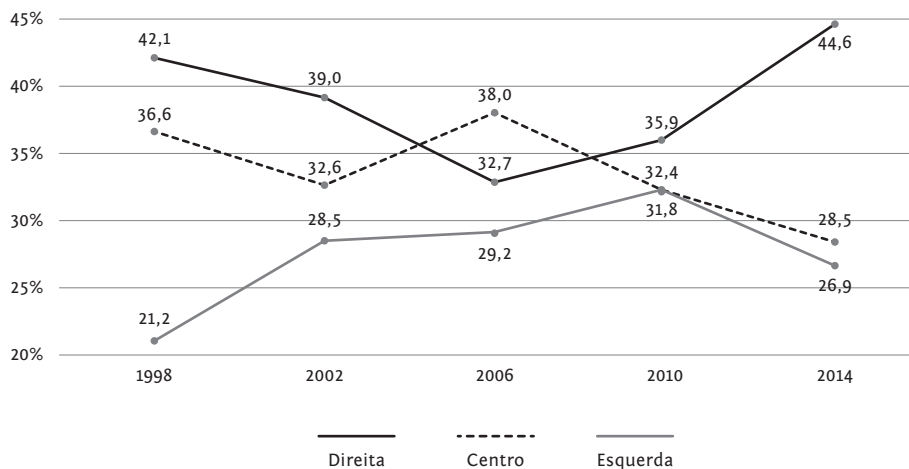
De todo o modo, como essas rotulagens são relacionais, é possível incluir na família da direita tudo aquilo que não é explicitamente esquerda. Para o caso dos grandes partidos, que, no período estudado, controlam, em média, 75% da Câmara dos Deputados, há certo consenso em colocar o PMDB e o PSDB no centro, o DEM e o PP na direita e o PDT e o PT na esquerda.<sup>10</sup> Isso permite, então, classificar com segurança pelo menos três quartos da nossa população.

A figura 1 regista a transformação do percentual de eleitos por grandes famílias ideológicas (centro, direita, esquerda) para a Câmara Federal brasileira nas últimas cinco disputas legislativas. Ele permite acompanhar a variação entre os grupos e relativizar a novidade do “crescimento da direita” na primeira metade desta década. De facto, houve um aumento da sua presença quando se compara o número total de cadeiras em 2014 (229 das 513 em disputa) com 2010 (184). Porém, os dados mostram que os partidos de direita estiveram sempre em maioria na Câmara Baixa do Brasil (com exceção de 2006).

A direita controlou, em média, um pouco mais de 40% da Câmara dos Deputados no intervalo 1998-2014, enquanto a esquerda foi sempre a terceira força política, com exceção de 2010, quando conquistou 166 cadeiras

10 V. para essa classificação (Coppedge, 1997a; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Power e Zucco Jr., 2009; Rodrigues, 2002; Wiesehomeier e Benoit, 2007; Zucco Jr., 2011). Um quadro sintético pode ser lido em Tarouco e Madeira (2013).

FIGURA 1  
Deputados federais eleitos por blocos ideológicos, Brasil 1998-2014 (N e %)\*



\* foram consideradas as filiações partidárias no momento da eleição.

Qui-quadrado de Pearson[33,449] df 8 | *p value* ,000. A distribuição das observações da figura 1 permite recusar a hipótese nula, já que o *p value* aponta uma baixa probabilidade de erro tipo 1.

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Elaboração dos autores, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

das 513, ultrapassando, pela primeira e única vez, o centro (163 eleitos). Em 1998, o bom desempenho dos partidos de centro foi comandado pelo PSDB do presidente Cardoso, com 99 cadeiras (19,3% naquele ano), e a hegemonia da direita foi garantida tanto pelo PFL (depois DEM), com 105 cadeiras (20,5%), quanto pelo PPB (depois PP), elegendo 60 deputados (11,7% do total). Em 2002 a esquerda (28,5% dos eleitos) quase alcançou o centro (32,6%), principalmente em razão do aumento da bancada do PT (que passou de 59 representantes para 91), mas os valores percentuais da direita alteraram-se muito pouco (42% em 1998 contra 39% em 2002). O grande salto ocorreria mesmo em 2014: os partidos da direita nacional invertem a tendência de queda verificada até 2006 para alcançarem o maior valor dessa série histórica: 44,6% das vagas da Câmara dos Deputados.

Estas informações, assim agregadas, confirmam o avanço recente da direita e o recuo da esquerda no Legislativo, que passou de 166 para 138 deputados (26,9%), o menor número de cadeiras desde 1998 (109 representantes), mas não permitem, por sua vez, ir além dessa constatação genérica. Se olhamos os dados mais de perto, o que se verifica é a decadência espetacular dos grandes partidos de direita. O PFL/DEM, um partido tradicional de direita, que chegou a

controlar, em 1998, 105 cadeiras na Câmara, ficou reduzido, em 2014, a apenas 22 deputados. O PPB/PP, que havia eleito 60 representantes em 1998, só conseguiu fazer, na última eleição dessa série, 36 representantes. Assim, que direita exatamente é essa que prospera no Legislativo?

A fim de responder a essa questão, é mais proveitoso desagregar as informações em famílias menores de partidos, seja para entender a nova dinâmica política nacional, seja para descobrir a emergência de novas lideranças políticas que tornam mais complexa a fauna dessa família. Por outro lado, classificações menos estanques tendem a aproximar o analista da realidade, permitindo compreender aquilo que os grandes agregados de dados escondem.

### RECALCULANDO A POSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

Coppedge (1997a, 1997b) propôs, no final de 1990, uma nova ordenação dos sistemas de partidos latino-americanos baseada em uma análise dos blocos ideológicos mais completa e mais complexa e, portanto, mais útil para os nossos propósitos. A sua classificação leva em conta duas dimensões simultaneamente. A primeira diz respeito à oposição entre “confessional” e “secular”, e a segunda está baseada na dimensão clássica esquerda-direita, porém segmentada em blocos entre direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda. A combinação dessas duas dimensões produz dez categorias analíticas diferentes que compreendem desde a direita cristã até a esquerda secular tradicionais, além de três categoriais residuais para definir partidos, que podem ser “personalistas”, “desconhecidos” ou estarem fundamentadas em “outros” princípios que não a ideologia, como os étnicos, regionais, grupais, de nicho, causa, etc.

Assumindo a sua nomenclatura e trabalhando com as mesmas dimensões do conceito de ideologia política, empregamos sete das 13 possibilidades desse modelo:

- (i) *partidos confessionais de direita*: são partidos que baseiam a sua ideologia ou programa explicitamente em concepções religiosas e/ou estão ligados a igrejas e a movimentos com forte apelo conservador (“pró-vida”, “pró-família”, etc.). No exemplo escolhido por Coppedge, o modelo seria o dos partidos democratas-cristãos. No nosso caso, juntamos nessa classe o PEN, da Assembleia de Deus, o PRB, da Igreja Universal, o Partido Social Cristão, o PR, dono da maior bancada evangélica na Câmara dos Deputados e o PSDC (herdeiro do antigo PDC, extinto em 1965).

- (ii) *partidos personalistas*: são os “partidos que baseiam o seu apelo no carisma, autoridade ou poder do seu líder em vez de em quaisquer princípios ou plataformas, que são demasiado vagas ou inconsistentes para permitir uma classificação plausível” (Coppedge, 1997b). Não são, assim, organizações ideológicas, no sentido estrito do termo, mas existem apenas em função das conveniências pessoais e/ou políticas dos seus dirigentes. No Brasil, utiliza-se o termo “fisiológico” (como oposição a “ideológico”) para esses partidos eleitoralmente oportunistas, que podem ligar-se indiferentemente à esquerda ou à direita.
- (iii) *partidos seculares de centro*: partidos centristas são partidos com um programa muito vago que enfatizam princípios políticos liberais – “ampla participação política, virtude cívica, Estado de Direito, direitos humanos ou democracia” –, mas que não possuem uma agenda social ou económica evidente” (Coppedge, 1997b). Uma vez no governo, adotam políticas que contemplam ora agendas de direita, ora de esquerda. O PMDB é o melhor candidato para essa definição e o PSDB, próximo de uma *lean right*, ainda poderia ser classificado nessa categoria. PPS e PV são regularmente incluídos pelos analistas no centro ou no centro-direita.
- (iv) *partidos seculares de centro-esquerda*: partidos que claramente “enfatizam a justiça, a igualdade, a mobilidade social ou a complementaridade” entre a “distribuição” de renda “e a acumulação” privada de capital. São partidos eleitorais preocupados em atrair eleitores de classe média ou de classe alta (Coppedge, 1997b). Incluímos aqui o PT e seu partido-satélite, o Partido Comunista do Brasil, em razão da sua moderação nos últimos anos. A literatura costuma agregar a esse bloco o PDT e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- (v) *partidos seculares de esquerda*: são os “partidos que empregam a ideologia ou a retórica marxista e enfatizam prioritariamente a distribuição [da renda e da propriedade]; são contra a acumulação ou exploração da classe trabalhadora por capitalistas e pelos imperialistas; defendem, para o Estado, um papel forte a fim de corrigir injustiças sociais e económicas” (Coppedge, 1997b). Na nossa definição entram aí os partidos da extrema-esquerda brasileira e um partido reformista radical, como o PSOL.
- (vi) *partidos seculares de direita*: conforme a definição de Coppedge, são organizações partidárias “patrocinadas por um governo militar, presente ou passado, que possuem uma mensagem conservadora (organicista, autoritária, elitista, retrógrada) e que não são, essencialmente, veículos personalistas para líderes autoritários” (Coppedge, 1997b).

O próprio autor dá como exemplo a ARENA, partido da ditadura militar brasileira, e nós incluímos nessa categoria tanto o PFL/DEM, o PPB/PP e o novo PSD, como uma série de outros partidos autoritários, como se verá no Quadro 2.<sup>11</sup>

- (vii) *partidos sem classificação* ou *partidos desconhecidos*: são partidos cuja classificação é desconhecida, pois ou não há informações disponíveis suficientes sobre a sigla, ou os seus nomes são excessivamente genéricos (Partido “Independente”, “Popular”, “Social”, “Renovador”, etc.), o que impede de fornecer quaisquer indicações sobre as suas orientações ideológicas. No nosso caso, o Partido da Mobilização Nacional (PMN) foi o único dessa categoria e isso deveu-se mais às mudanças erráticas de orientação do partido a partir dos anos 2000 do que a qualquer outra coisa.<sup>12</sup>

O quadro 2 agrupa os partidos por blocos conforme essa classificação. Ela é mais exigente e mais detalhada do que o contínuo simples esquerda-centro-direita.

Esta é ainda uma ordenação muito *ad hoc*, tentada aqui como uma tentativa para compreender a nova ecologia política da Câmara dos Deputados. É possível que uma análise mais detida transferisse algumas siglas da classe

#### QUADRO 2

Partidos políticos brasileiros por blocos ideológicos a partir das categorias de Coppedge

<b>CONFESSIONAL DE DIREITA</b>	PEN, PHS, PR, PRB, PSC e PSDC
<b>PERSONALISTA</b>	PAN, PMN, PRN, PRONA, PROS, PRP, PSN, PST, PT do B, PTC, PTN e SD
<b>SECULAR DE CENTRO</b>	(P)MDB, PPS, PSDB e PV
<b>SECULAR DE CENTRO-ESQUERDA</b>	PC do B, PDT, PSB e PT
<b>SECULAR DE ESQUERDA</b>	PCB, PCO, PPL, PSOL e PSTU
<b>SECULAR DE DIREITA</b>	PFL/DEM, PGT, PL, PPB/PP, PRTB, PSD*, PSD**, PSL e PTB

\* extinto em 2003; \*\* criado em 2011

Fonte: Elaboração própria

11 Talvez a maioria deles ficassem melhor acomodados na classe “outro bloco”, que são aqueles partidos “que representam uma ideologia, um programa, um princípio, uma região, um interesse ou um grupo social específico, mas que não podem ser classificados em termos de esquerda-direita ou confessional-secular” (Coppedge, 1997b).

12 Coppedge inclui nessa classe, além do PMN, o PTN, que classificamos aqui como personalista. V. Coppedge (1997a).

“partido secular de direita” para a classe dos partidos de tipo “personalista” sem que isso alterasse, de modo significativo, os resultados eleitorais discutidos a seguir. O ponto é que, quando catalogamos os deputados eleitos entre 1998 e 2014 nesses sete estratos ideológicos, conseguimos uma nova perspectiva para voltar aos dados do quadro 1 e estimar melhor a direção e o significado do “crescimento da direita” no Brasil.

Uma maneira mais didática de expor a variação do número de cadeiras parlamentares e registrar o volume do crescimento espetacular dos *partidos confessionais de direita* e, igualmente, dos *partidos personalistas* pode ser vista na figura 1. Ele informa os resultados em número de cadeiras em resíduos padronizados ajustados conforme os blocos de partidos por eleição no intervalo de tempo considerado neste estudo.

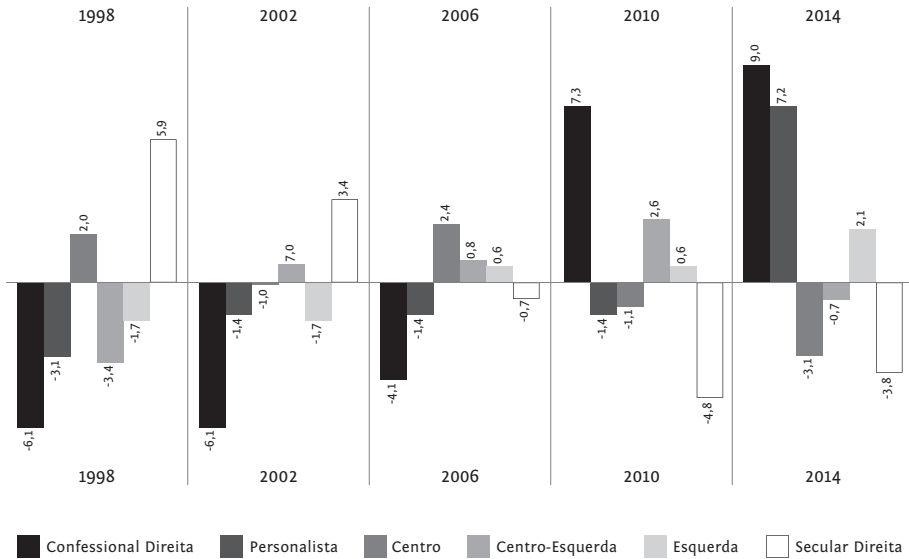
Resíduos padronizados permitem detetar casos extremos (*outliers*) e são calculados a partir das diferenças entre os valores esperados e observados para uma variável expressos em unidades de desvios padrão. Valores acima de 1,98 e -1,98 são observações incomuns ou valores atípicos (quando o intervalo de confiança é de 95%). Para um nível de significância de 10%, os resíduos são  $> 1,6$  e  $< -1,6$  (Pereira, 1999). Isso significa que existem mais casos nessa categoria do que se deveria esperar estatisticamente. Assim, quanto maiores os resíduos padronizados, maior a associação (negativa ou positiva) entre as variáveis (Pestana e Gageiro, 2008). Se, numa dada eleição, não houvesse concentração de cadeiras parlamentares em qualquer tipo de partido, os valores de cada categoria deveriam ficar situados entre -1,98 e 1,98. Qualquer valor acima ou abaixo desses limites é importante, pois revela um comportamento “anormal” da variável.

Conforme a figura 2, dois grupos conservadores cresceram mais nas últimas cinco eleições: o dos *partidos confessionais de direita* (“deputados evangélicos”) e o dos *partidos personalistas* (“fisiológicos”), enquanto a direita “tradicional” (*partidos seculares de direita*), que controlava 212 cadeiras em 1998, ficou reduzida a 122 ao final da série. Os confessionais (PEN, PHS, PR, PRB, PSC, PSDC) saltaram de dois deputados no início dessa série (ou 0,4% da Câmara dos Deputados) para 76 no final (ou quase 15%). As 12 agremiações personalistas (cf. Quadro 2) saíram de quatro representantes (0,8%), em 1998, para 39 deputados eleitos em 2014 (praticamente 8% das 513 cadeiras). Assim, a direita que realmente se fortaleceu foi uma “nova direita”, fora dos grandes partidos tradicionais (“seculares”).<sup>13</sup>

13 Em 1998, os três maiores partidos da *direita secular* – PFL (depois DEM), PPB (depois PP) e PTB – fizeram eleger nada menos do que 38,2% dos deputados brasileiros (196 sobre 513); em 2014 esse número foi de 16,2% (83 representantes).

FIGURA 2

Dinâmica da mudança entre os blocos ideológicos na Câmara dos Deputados entre 1998 e 2014 (resíduos padronizados ajustados)\*



\* foram consideradas as filiações partidárias no momento da eleição

Qui-quadrado de Pearson $300,343 | df 20 | p value ,000$

Fonte: Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). Elaboração dos autores, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

Os resíduos padronizados negativos e positivos das três famílias ideológicas que formam, *grosso modo*, a direita parlamentar (confessional de direita, personalista e direita) são expressivos e estão bem acima do limite crítico. Os partidos confessionais passam de -6,1 em 1998 para 9 em 2014, crescendo efetivamente, e de forma abrupta, em 2010 (7,3). Os personalistas variam menos, mas ainda assim de maneira importante: passam de -3,1 na primeira eleição para 7,2 na última, e será nessa eleição de 2014 que eles darão esse salto. Os partidos seculares de direita eram dominantes em 1998 (5,9) e sofrem o maior impacto do crescimento dos “evangélicos” em 2010 (quando caem para -4,8). Em 2014 esse prejuízo e o prejuízo derivado do impacto eleitoral do avanço dos partidos personalistas é dividido com os partidos seculares de centro (resíduos negativos de 3,1). A distribuição das observações permite recusar a hipótese nula (distribuição aleatória) em função do *p value* ,000 e, ainda em função de qui-quadrado, da existência de uma associação moderada entre as categorias apresentadas.

A fim de dar uma face palpável a essa transformação na demografia da representação política no Brasil, propomos a seguir uma análise dos dados

mais centrada em tipos empíricos que, espera-se, possa avançar a descrição e a compreensão do fenômeno do “crescimento da direita” no país nessa década. Para fins heurísticos, propomos uma taxonomia dos diferentes grupos que formam a direita brasileira.

### CONSTRUINDO UMA CLASSIFICAÇÃO EMPÍRICA DA DIREITA NACIONAL

Uma taxonomia ou uma tipologia constrói-se retendo-se traços comuns (“atributos”, “características marcantes”) dos fenômenos considerados. Cada tipo é então definido pela combinação específica entre esses atributos. Conforme Bailey, as células numa tipologia representam tipos conceituais, abstratos, mais do que casos empíricos (1994).

Há basicamente três maneiras de se construir classificações por tipos.<sup>14</sup> A primeira é a *tipologia naturalista ou empírica* à la G. Gurvitch. Essa classificação está fundada na existência de distinções naturais (e não artificiais ou mentais, isto é, teóricas) entre os fenômenos observados e na análise de algumas regularidades empiricamente verificáveis. Essa tipologia indutiva é construída a partir da observação e da constatação das fronteiras naturais entre as “coisas” (ou seja, das suas diferenças), e não da manipulação coordenada dedutivamente de alguns traços característicos. Exemplos desta tipologia são as classificações taxonômicas botânicas e zoológicas.

A segunda maneira é o oposto dessa. É uma classificação com base em *tipos ideais* ou mentais à la Max Weber. Ela é puramente teórica (isto é, dedutiva a partir de conceitos e noções) e está baseada principalmente numa caricatura estilizada da realidade. A partir da observação do fenômeno faz-se uma seleção subjetiva dos seus traços mais significativos e então procede-se a uma construção lógica do tipo, destacando, pelo exagero, os traços mais significativos para o pesquisador. O que está em questão aqui não é propriamente o realismo da definição, mas a sua coerência interna ou lógica e o seu valor heurístico.

A terceira forma de elaborar tipologias (à la P. Lazarsfeld) é mais exigente do que a naturalista e mais precisa do que a idealista. Diferentemente do tipo natural (puramente empírica) e do tipo ideal (puramente teórica), essa tipologia é construída a partir do máximo de informações empíricas, mas com base em determinados atributos que são teoricamente relevantes e que são escolhidos de antemão pelo pesquisador (eles formam as “dimensões de análise”). Portanto, ao contrário do tipo naturalista ou empírico, não se trata de

14 As referências principais para essa explicação são Kluge (2000) e Loubet del Bayle (2000).



simples observação; ao contrário do tipo ideal, não se trata de formulação teórica *a priori*. A *tipologia construída* define duas ou três dimensões – que formarão o espaço de atributos ou espaço de propriedades (Lazarsfeld, 1970) – e que são fundamentais para produzir tipos exaustivos e abrangentes, mutuamente excludentes e significativamente correlacionados (Collier, Laporte, e Seawright, 2009).

A grande vantagem de se trabalhar com tipologias e taxonomias é, resume Bailey, a possibilidade de fornecer uma descrição exaustiva dos tipos; reduzir a complexidade dos fenômenos estudados; identificar similaridades entre os casos considerados e agrupá-los por semelhanças; identificar diferenças entre casos que, à primeira vista, estão misturados; comparar entre si os tipos teoricamente produzidos; e estudar as relações entre esses tipos a fim de tornar mais específicas hipóteses de trabalho (Bailey, 1994).

A nossa classificação dos tipos empíricos da direita nacional está baseada em quatro dimensões de análise e os atributos de cada uma delas estão especificados no quadro 3:

- (i) *dimensão social*: corte de classe ou origem social do indivíduo;
- (ii) *dimensão ideológica*: definições prescritivas, visões de mundo e valores sociais;
- (iii) *dimensão política*: vinculação a partidos políticos e a determinados tipos de partidos;
- (iv) *dimensão econômica*: visão prescritiva sobre as políticas de governo.

Sem que seja preciso simular todas as combinações logicamente possíveis, não é difícil mostrar, a título de exemplo, alguns tipos que podem ser produzidos a partir desses atributos. Um político determinado poderia agrupar

#### QUADRO 3

Espaço de atributos selecionados para a classificação taxonômica dos políticos brasileiros

dimensões analíticas				
	origem social	valores ideológicos	filiação política	visão econômica
categorias	classes altas	ultraconservador	partido grande/ tradicional	neoliberal
	classes médias	conservador	partido pequeno/ novo	estatista/ intervencionista
	classes baixas	liberal/ultraliberal	indiferente a partidos	indefinida

as seguintes características: origem nas classes médias tradicionais (profissões liberais, por exemplo), concepções liberais em termos comportamentais (tolerância em relação à união civil de pessoas do mesmo sexo), ser filiado a um partido político pequeno e novo (recém-criado) e defender posições ultraliberais em economia. Por sua vez, outro político poderia reunir os seguintes atributos: origem social nas classes baixas, ultraconservador em termos de valores, infiel em relação a partidos políticos, trocando constantemente de sigla, e a favor da intervenção do Estado na economia nacional (“nacionalista”). Um terceiro tipo conciliaria origem nas classes altas (empresariado rural, por exemplo), moderadamente conservador em termos comportamentais, membro ativo de um grande partido de direita e neoliberal em termos de política econômica.

Na próxima seção expomos em detalhe os tipos empíricos da nossa tipologia através da combinação *ad hoc* desses atributos. Essa combinação produz cinco espécies-tipo. Uma análise completa desse fenômeno político de transformação do perfil da classe política brasileira deveria situar também os políticos eleitos pelos partidos personalistas, até mesmo para demonstrar as suas afinidades potenciais com os representantes dos partidos confessionais e seculares de direita, o que não foi possível realizar no momento.

#### TIPIFICANDO OS POLÍTICOS DA DIREITA NACIONAL

A escolha dos cinco casos exemplares listados a seguir é arbitrária e pretende ilustrar o nosso modelo tipológico, que deve ser desenvolvido e aperfeiçoado.

Há, evidentemente, muitos tipos intermediários entre estes cinco, além de tipos mistos ou incompletos. Mas, a título inicial, como proposta de abordagem, os representantes da direita nacional poderiam ser classificados como: o político *tradicional* de direita, o político da *nova direita popular*, o político da *direita populista*, o político da *direita neoliberal* e o político da *direita libertária*. Para cada um destes escolhemos um representante “empírico” que possuiria os atributos típicos do táxon. Além disso, é preciso lembrar que os tipos aqui apresentados não se resumem a políticos eleitos, mas sim a personagens que ocupam diferentes esferas da fauna partidária e que servem de esteio para a compreensão da tipologia apresentada.

#### O POLÍTICO PROFISSIONAL DA DIREITA TRADICIONAL

Ronaldo Caiado (do Democratas – DEM) tem origem na elite tradicional do seu estado, Goiás. É grande proprietário de terras, pertence a um partido grande da direita brasileira (cuja origem mais distante é a ARENA/PDS, ligados à ditadura militar). O seu partido é contra programas de compensação social, quotas sociais ou raciais nas universidades e utiliza, estrategicamente, um discurso

anticomunista, em especial contra os governos do Partido dos Trabalhadores. Nos termos dos atributos definidos pelo nosso modelo, Caiado é de classe alta, tem perfil ideológico conservador, pertence a um partido grande e tradicional e é estatista em termos económicos, a menos nas políticas de intervenção do Estado no mercado que beneficiem o agronegócio.

O médico-ortopedista e empresário rural Ronaldo Ramos Caiado nasceu em 1949, em Goiás. É filho de Ederval Ramos Caiado, de tradicional família de produtores rurais e políticos no estado, e de Maria Xavier Caiado. Lançou-se na política ao fundar e presidir, de 1986 a 1989, a União Democrática Ruralista (UDR), entidade que defendia interesses dos proprietários rurais. Em 1989, candidatou-se à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD) com o lema “A nossa bandeira não é vermelha”, que expressava o seu anticomunismo e a sua postura contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e contra o seu rival político, Luís Inácio Lula da Silva. Em 1990 foi eleito deputado federal por Goiás, pelo PSD. Em 1991, filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC) depois de ser convidado a retirar-se do PSD pelas suas posições consideradas de extrema direita. Em 1993, filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM), partido grande de direita e, no mesmo ano, ao Partido Progressista Reformador (PPR), voltando ao PFL em 1994. Elegeu-se deputado federal sucessivamente em 1998, 2002, 2006 e 2010. Foi eleito senador por Goiás em 2014. Fundou e integrou a chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional no início dos anos 1990. A sua atuação parlamentar ocorreu principalmente em torno da renegociação das dívidas dos produtores rurais junto ao Estado e do agronegócio. O político posiciona-se contra a descriminalização do aborto, a favor da adoção da maioria penal aos 16 anos e da “aplicação de penas mais rígidas para quem comete crimes”, como a tipificação, no Código Penal, do roubo de animais de carga e para abate com punição até 15 anos de detenção. O político apresenta-se como um liberal, mas “sabedor” das funções do Estado. O Estado tem que ter a coragem de implantar as agências reguladoras, autónomas e independentes, e não admitir nenhum excesso.” Ronaldo Caiado foi um dos principais articuladores do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff (PT, 2011-2016).

Fontes: VELOSO, V.; PAIVA, D.; RAMOS, A. C. “Ronaldo Ramos Caiado” [verbete]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ronaldo-ramos-caiado> [consultado em 13 de abril de 2017].

<http://www.ronaldocaiado.com.br/historia/> [consultado em 13 de abril de 2017].

Roda Viva [programa de TV]. “Ronaldo Caiado”. 3 de agosto. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-91xvYgZMMw> [consultado em 19 de abril de 2017].

#### O POLÍTICO DA NOVA DIREITA POPULAR

Marco Antônio Feliciano, o Pastor Feliciano do Partido Social Cristão (PSC), é um ministro religioso de uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus. De origem pobre, defende valores tradicionais em questões morais (contra os direitos dos homossexuais e o direito ao aborto, por exemplo).

Nos termos dos atributos definidos pelo nosso modelo, Feliciano tem origem social baixa, é ultraconservador, pertence a um partido político pequeno, mas em franco crescimento eleitoral e organizacional, e o seu perfil económico é um tanto indefinido, embora possa aceitar, pragmaticamente, políticas de compensação social.

O paulista Marco Antônio Feliciano é filho de José Antônio Novo e Lúcia Maria Feliciano. Morou a infância e adolescência na periferia da interiorana Orlândia, onde nasceu em 1972. Filho de mãe solteira e analfabeta, trabalhou como engraxate na infância. No ensino médio, fez o curso técnico em contabilidade, bacharelou-se em teologia pela Faculdade de Teologia Logos, em São Paulo. Fez também um curso de doutorado em Divindades pelo *International Hosanna and Bible School*, na Flórida, Estados Unidos. Pastor da Assembleia de Deus “Tempo do Avivamento”, um ministério pentecostal religioso composto ainda pelo Instituto Teológico Carisma, (ITC), Rádio Tempo do Avivamento, Livraria Cristã Vida & Paz, Editora Tempo do Avivamento e Gravadora Grata Music. Marco Feliciano elegeu-se deputado federal por São Paulo em 2010 pelo Partido Social Cristão (PSC), um partido pequeno. O pastor justifica assim sua entrada na política:

O cenário político nacional carrega em si uma série de propostas em forma de Leis e Projetos de Leis que vêm com força ferir a sociedade na sua base; a família e por consequência a Igreja do Senhor. Leis como a do PsIU, a Legalização do Aborto, Legalização do Consumo de Drogas e da Homofobia, conhecida como PL 122, vem como um trator de esteira para massacrar tudo o que é puro e sacro. [...] Serei um Profeta no Congresso Nacional (apud Cesar, 2013, s/p)

No Congresso Nacional, integra a Frente Parlamentar Evangélica, e a militar. Em 2013 foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Fonte: CESAR, M. de C. (2013), *Entre a Cruz e o Arco-íris: A Complexa Relação dos Cristãos com a Homoafetividade*, Belo Horizonte, Editora Gutemberg.

#### O POLÍTICO DA DIREITA POPULISTA

Jair Bolsonaro (filhado em março de 2018 ao Partido Social Liberal – PSL) é um militar reformado do Exército brasileiro. Político indiferente a partidos, defende uma plataforma regressiva em termos de direitos humanos e direitos das minorias, usa o anticomunismo e a celebração das práticas e das políticas do regime ditatorial-militar como plataforma principal. Estatista e nacionalista, não possui uma doutrina económica elaborada e definida. Em termos de valores e costumes, aproxima-se do representante típico da nova direita popular, mas, politicamente, é muito semelhante ao que nas democracias europeias se denomina de “direita populista”. Nos termos dos atributos definidos pelo nosso modelo, Bolsonaro tem origem social na classe média,

é ultraconservador, é indiferente aos partidos políticos e mostrava-se um estatista. Na campanha presidencial de 2018 abraçou o liberalismo económico (como estratégia de diferenciação da esquerda e de aproximação da direita neoliberal) e, ao mesmo tempo, um discurso moral próximo ao dos políticos evangélicos (como estratégia de aproximação à direita popular). Em outubro de 2018 foi eleito presidente da República com o lema: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

O paulista Jair Messias Bolsonaro nasceu em 1955. É filho de Percy Geraldo Bolsonaro, dentista prático, e Olinda Bonturi Bolsonaro. Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977. Já capitão, envolveu-se numa polémica em torno de reivindicações salariais de militares que o levou a entrar na reserva do Exército, mas também o projetou politicamente. Em 1988 elegeu-se vereador na cidade do Rio de Janeiro e, em 1990, deputado federal, ambos os pleitos pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Está no seu sétimo mandato legislativo e no oitavo partido político. Passou pelo PDC, PPR (partido que ajudou a fundar), PPB, PTB, PFL e PP. Em março de 2016 ingressou no Partido Social Cristão (PSC), um pequeno partido de direita que já abandonou em janeiro de 2018 para lançar a sua candidatura pelo PSL. Bolsonaro lista no seu blog alguns tópicos da sua plataforma ideológica para orientar os seus apoiadores: “Meu nome, sem qualquer dúvida, encarna o sentimento daqueles que não suportam mais: o PT e demais partidos de esquerda; a desvalorização das Forças Armadas; [...] o ativismo gay nas escolas; o desarmamento dos cidadãos de bem; [...] as invasões do MST; a ‘indústria’ de demarcações de terras indígenas; a não redução da maioridade penal; [...] a política de destruição de valores morais e familiares nas escolas; a ausência da pena de morte, prisão perpétua e trabalhos forçados para presos (ainda que consideradas cláusulas pétreas na Constituição); [...] as cotas raciais [...]; [...] a Comissão Nacional da (In)Verdade, que glorifica terroristas, sequestradores e marginais [...]; os programas ‘Bolsa Família’ como curral eleitoral e ‘Brasil Carinhoso’ [...]; o Código Penal que não garante punições justas para os criminosos; [...] a priorização na política de direitos humanos para criminosos em detrimento das vítimas, dos policiais e dos cidadãos de bem”.

Fontes:

“Bolsonaro: a cara da direita”, post de 22 maio 2014. Disponível em: <<http://www.familia-bolsonaro.blogspot.com.br/2014/05/bolsonaro-cara-da-direita.html>> [consultado em 12 abril 2017].

DIEGUEZ, C. (2016), “Direita, volver: pré-candidato à Presidência, Jair Bolsonaro coloca o ultraconservadorismo no jogo eleitoral”. *Piauí*, 120, ano 10, setembro de 2016, pg. 18-25 [consultado em 11 abril 2017].

MONTEIRO, M. C., SOUZA, M. de, SILVA, F. P. da “Jair Messias Bolsonaro [verbetes]”. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro> [consultado em 12 de abril de 2017].

## O POLÍTICO DA DIREITA NEOLIBERAL

Henrique Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro – MDB<sup>15</sup>) é engenheiro civil formado pela prestigiosa Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Executivo do setor financeiro internacionalizado, representa, no nosso modelo, a direita econômica neoliberal. Nos termos dos atributos definidos pelo nosso esquema de classificação, Meirelles pertence, de origem, à classe alta, não há informações sobre os seus posicionamentos em termos de costumes, é indiferente a partidos políticos (já foi filiado aos partidos de centro-direita PSD e ao PSDB) e, economicamente, é neoliberal.

O goiano Henrique de Campos Meirelles nasceu em 1945. É filho do advogado e político Hegesipo de Campos Meirelles, e da estilista Diva Silva Campos. Com diversos políticos na família, Meirelles iniciou sua própria atuação como líder estudantil. Coursou Engenharia Civil na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, especializando-se em engenharia de produção. No início da carreira, trabalhou por curto período como industrial. Teve uma longa e exitosa carreira no Banco de Boston, ao qual esteve ligado por quase 30 anos, chegando a ser seu presidente mundial. Em 2002, aposentou-se e voltou ao Brasil. Filiou-se ao PSDB e foi eleito deputado federal por Goiás, partido e cargo que renunciou para assumir a presidência do Banco Central do Brasil, onde permaneceu de 2003 a 2011. Em 2012, depois de receber diversas ofertas de emprego em empresas privadas nacionais e internacionais, Henrique Meirelles assumiu o Conselho Consultivo da J&F, holding que controla sete empresas, entre elas a JBF, de exportação de carnes. Em 2016, foi nomeado Ministro da Fazenda no governo de Michel Temer (PMDB).

Fontes:

SOUZA, L. O. de. “Henrique Meirelles” [verbete]. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique>

MEYER, C. “O preço de Henrique Meirelles para o JBS”. *Exame*, 19 de março 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/o-preco-de-henrique-meirelles> [consultado em 15 de abril de 2017].

## O POLÍTICO DA DIREITA LIBERTÁRIA

Esse é o tipo mais recente. Ele está presente no LIVRES (uma extensão modernizada do Instituto Liberal) e no NOVO, um partido que pretende organizar-se como empresa. São em geral profissionais liberais de profissões tradicionais não ligadas ao setor público (médicos, engenheiros, advogados). São radicalmente contra o Estado social (serviços públicos estatais), radicalmente

15 Em dezembro de 2017 o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) voltou a se chamar MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o nome e a sigla da agremiação de 1966 a 1979. V. nota 9.

pró-mercado, defendem a doutrina econômica liberal tradicional (Hayek, von Mises, Friedman) e a liberdade de escolha individual como um direito absoluto. São, nesse sentido, opostos à direita conservadora em termos morais representada pelo pastor evangélico Feliciano. Um exemplo possível aqui seria Fábio Ostermann (PSL). Nos termos dos atributos definidos pelo nosso modelo, Ostermann tem de origem social na classe média, pertence a um pequeno partido e é economicamente ultraliberal. Ostermann identifica-se como cientista político, professor, palestrante e ativista pela liberdade. Foi um dos fundadores e é ex-membro do Movimento Brasil Livre (MBL), em 2014. Participou da organização dos protestos contra a corrupção e contra o governo de Dilma Rousseff. É presidente sul rio-grandense do Partido Social Liberal e também é

Fábio Maia Ostermann nasceu em 1983 em Porto Alegre, cidade pela qual se candidatou à prefeitura em 2016, pelo PSL, quando defendeu “o liberalismo econômico, a reorganização dos espaços públicos, a necessidade de recorrer a privatizações e também a defesa das liberdades individuais”. É formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem formação em Liderança para a Competitividade Global pela Georgetown University (EUA) e em Políticas Públicas pela Leadership Academy for Development pela Johns Hopkins University (EUA). Mestre em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A sua corrente no PSL, OS LIVRES, acreditam que qualquer “pessoa deve ter o direito a proteger a sua vida e os seus dados da maneira que achar adequada”, que o comportamento humano “sempre sofrerá influências do contexto social, mas a imputabilidade pessoal nunca deverá ser alienada a grupos ou classes sociais” e na igualdade de direitos de “gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo”, que a “pobreza deve ser combatida por meio da inclusão econômica”, e que a “assistência social, quando desejável, deve financiar as demandas das pessoas mais pobres e não a oferta de serviços pelo estado”. Fábio Ostermann é também membro do Instituto Liberal, uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é difundir os “valores liberais (livre iniciativa, propriedade privada, responsabilidade individual etc.) no Brasil”. Uma de suas iniciativas foi a publicação de obras do economista liberal Friedrich Hayek.

Fontes:

<https://www.facebook.com/PSLnacional17/> [consultado em 12 abril 2017].

<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/votacao-sobre-o-uber-faz-deputado-federal-do-parana-ser-expulso-do-partido-48v42agjvzhz12tp5bhcaaoox> [consultado em 11 abril 2017].

<http://www.fabioostermann.com.br> [consultado em 12 abril 2017].

<https://www.facebook.com/notes/livres-rs-17/termo-de-compromisso-livres-17/378691299191163/> [consultado em 12 abril 2017].

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2016/noticia/2016/09/mais-jovem-na-disputa-e-liberal-conheca-fabio-ostermann-7595226.html> [consultado em 12 abril 2017].

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fundador-do-mbl-se-candidata-a-prefeitura-de-porto-alegre-pelo-psl-apos-deixar-grupo,10000067262> [consultado em 12 abril 2017].

diretor executivo da Fundação Educacional do partido, que se apresenta como “o primeiro partido *startup* do Brasil”. Fábio Ostermann pertenceu à tendência interna do PSL chamada LIVRES que, segundo sua página na rede social Facebook, atua desde 2015 para renová-lo, reforçando sua adesão à doutrina econômica liberal tradicional e à liberdade como direito absoluto.<sup>16</sup>

## CONCLUSÕES

Procuramos avançar além da estatística descritiva dos grupos partidários, propondo uma nova tipologia para apreender a variedade de espécies da direita brasileira. O valor científico e a utilidade heurística dessa tipologia devem ser julgados por si mesmo, mas esse procedimento poderia confirmar algumas vantagens de se trabalhar com classificações sistemáticas em Ciência Política ao invés de deduções teóricas. Conseguimos, no limite das informações hoje disponíveis, propor uma descrição de cinco tipos diferentes, reduzindo, através dessas caricaturas reais, a complexidade do fenômeno do “crescimento da direita” no Brasil na segunda década do século XXI. Isso foi feito agrupando os casos empíricos por similaridades e diferenças, o que permitiu, a partir daí, comparar os tipos entre si e enfatizar a diversidade ecológica dessa família ideológica. O recurso de individualizar os tipos ou os taxa em figuras reais pode servir, antes de tudo, para ilustrar a potencialidade desse modelo.

Todavia, o entendimento desse “crescimento da direita” exige uma maior divisão do trabalho científico para dar conta dessa agenda, já que essa família política tem muitas faces públicas (parlamentar, partidária), milita em diferentes domínios (nas ruas, nas redes sociais, na imprensa tradicional) e manifesta-se hoje como movimento social, como ativismo digital, como corrente de opinião, etc.

No terreno da política institucional, a direita parlamentar deve, para ser mais bem explicada, desagregada em subgrupos ideológicos ou blocos partidários, seja para separar a “nova” direita confessional dos pequenos partidos da “velha” direita secular, seja para isolar e apontar a ascensão do bloco dos partidos personalistas. Se ou até que ponto esses últimos integram a família da direita não bem foi determinado, pois eles raramente apoiam as suas atuações em princípios ideológicos estritos. Lidar com eles exigiria, no entanto, um estudo específico.

16 Inicialmente uma tendência interna do Partido Social Liberal, o LIVRES atualmente é uma associação independente, funcionando mais como movimento político/social. Saíram do PSL após a filiação do deputado federal Jair Bolsonaro ao partido.



## APÊNDICE

## LISTA DE SIGLAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS CITADOS

DEM/PFL – Democratas/Partido da Frente Liberal  
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
 NOVO – Partido Novo  
 PAN – Partido dos Aposentados da Nação  
 PC do B – Partido Comunista do Brasil  
 PCB – Partido Comunista Brasileiro  
 PCO – Partido da Causa Operária  
 PDT – Partido Democrático Trabalhista  
 PEN – Partido Ecológico Nacional  
 PGT – Partido Geral dos Trabalhadores  
 PHS – Partido Humanista da Solidariedade  
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
 PMN – Partido da Mobilização Nacional  
 PODE – Podemos  
 PP/PPB – Partido Progressista/Partido Progressista Brasileiro  
 PPL – Partido Pátria Livre  
 PPS – Partido Popular Socialista  
 PR – Partido da República  
 PR/PL – Partido da República/Partido Liberal  
 PRB – Partido Republicano Brasileiro  
 PRN/PTC – Partido da Reconstrução Nacional/Partido Trabalhista Cristão  
 PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional  
 PROS – Partido Republicano da Ordem Social  
 PRP – Partido Republicano Progressista  
 PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
 PSB – Partido Socialista Brasileiro  
 PSC – Partido Social Cristão  
 PSD – Partido Social Democrático  
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
 PSDC – Partido Social Democrata Cristão  
 PSL – Partido Social Liberal  
 PSN – Partido da Solidariedade Nacional  
 PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
 PST – Partido Social Trabalhista  
 PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
 PT do B – Partido Trabalhista do Brasil  
 PT – Partido dos Trabalhadores  
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
 PTN – Partido Trabalhista Nacional  
 PV – Partido Verde  
 SD – Solidariedade

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÁNTARA, M. (2016), *A Profissionalização da Política*, Curitiba, CPOP-PPGCP/UFPR.
- BABIRESKI, F. R. (2016), “Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos”. *Newsletter. Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, 3(6), pp. 1-16.
- BAILEY, K. D. (1994), *Typologies and Taxonomies: an Introduction to Classification Techniques*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- BAKER, A. et al. (2016), “The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the workers party in Brazil”. *The Journal of Politics*, 78(1), pp. 197-213. <https://doi.org/10.1086/683609>
- BARBOSA, T. A. L., SCHAEFER, B. M., RIBAS, V. de L. (2017), “Novos competidores no Brasil? Candidatos e eleitos pela REDE, PMB e NOVO”. *Newsletter. Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, 4(3), pp. 1-17.
- BERLATTO, F., CODATO, A., BOLOGNESI, B. (2016), “Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 21, pp. 77-120.
- BLANCO, R. (2017), “O crescimento da direita e a força da inquietação política pelo mundo”. *The Huffington Post*. Disponível em [http://www.huffpostbrasil.com/ramon-blanco/o-crescimento-da-direita-e-a-forca-da-inquietacao-politica-pelo\\_a\\_21698271/](http://www.huffpostbrasil.com/ramon-blanco/o-crescimento-da-direita-e-a-forca-da-inquietacao-politica-pelo_a_21698271/) [consultado em 18-04-2017].
- BRAGA, M. do S. S. (2010), “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4, pp. 43-73.
- BRUGNAGO, F., CHAIA, V. (2015), “A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook”. *Aurora: Revista de Arte, Mídia E Política*, 7(21), pp. 99-129.
- CASSOTTA, P. L. (2016), “Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no Legislativo brasileiro”. *E-Legis*, 9 (20), pp. 75-101.
- CHALOUB, J., BERLATTO, F. (2016), “A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política”. *Insight Inteligência*, 72, pp. 24-41. Disponível em <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/72.pdf> [consultado em 11-02-2017].
- CODATO, A., BOLOGNESI, B. e ROEDER, K. M. (2015), “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In S. V. e Cruz, A. Kaysel e G. Coda (eds.), *Direita, Volver! O Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 115-143.
- COLLIER, D., LAPORTE, J. e SEAWRIGHT, J. (2009), “Typologies: forming concepts and creating categorical variables”. In D. Collier e H. E. Brady (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology*, Oxford, Oxford Handbooks Online.
- COPPEDGE, M. (1997a), *A Classification of Latin American Political Parties* (Working Paper No. 244). *Working Paper*. EUA, The Helen Kellogg Institute for International Studies.
- COPPEDGE, M. (1997b), “The dynamic diversity of Latin American party systems”. In Latin American Studies Association (ed.), *Paper prepared for delivery at the 1997 Meeting of the Latin American Studies Association*, Guadalajara, Mexico, Latin American Studies Association, pp. 1-21.

- COPPEDGE, M. (1998), "The dynamic diversity of Latin American Party Systems". *Party Politics*, 4(4), pp. 547-568. <https://doi.org/10.1177/1354068898004004007>
- COPPEDGE, M. (2012), "Explaining democratic deterioration in Venezuela through nested inference". In *Congreso Latino Americano de Ciência Política*, Salamanca.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ACESSORIA PARLAMENTAR (ed.) (2014), *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019*, Brasília, DIAP.
- DIP, A. (2015), "Os pastores do Congresso". *Agência Pública*. Disponível em <http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/> [consultado em 18-04-2017].
- FAGANELLO, M. A. (2015), "Bancada da bala: uma onda na maré conservadora". In S. V. e Cruz, A. Kaysel e G. Cudas (eds.), *Direita, Volver! : o Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 145-161.
- FERREIRA, D. P., BATISTA, C. M. e STABILE, M. (2008), "A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006". *Opinião Pública*, 14(2), pp. 432-453.
- GALLAGHER, M. (2015), *Election indices dataset*. Disponível em <https://datamarket.com/>
- GERARDI, D. A. (2016), "Parlamentares evangélicos no Brasil: perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998-2014)". *Newsletter. Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, 3(14), pp. 1-18.
- HAZAN, R. Y., RAHAT, G. (2010), *Democracy within Parties: Candidate Selection and their Political Consequences*, Oxford, Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199572540.001.0001>
- JALALI, C., LISI, M. (2009), "Weak societal roots , strong individual patrons? Patronage & party organization in Portugal". *Revista Enfoques: Ciência Política Y Administración Pública*, VII(11), pp. 441-470.
- KLUGE, S. (2000), "Empirically grounded construction of types and typologies in qualitative social research". *Forum: Qualitative Social Research*, 1(1), pp. 1-8.
- LACERDA, F. (2017), "Evangélicos, pentecostais e representação política nas eleições legislativas no Brasil (1998-2010)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(93). <https://doi.org/10.17666/329310/2017>
- LAZARSFELD, P. F. (1970), "Some remarks on the typological procedure in social research". In *Zeitschrift für Sozialforschung. Herausgegeben im Auftrag des Instituts für Sozialforschung von Max Horkheimer*, Munique, Kösel-Verlag GmbH & Co, pp. 119-139.
- LEVITSKY, S., WAY, L. (2002), "The rise of competitive authoritarianism". *Journal of Democracy*, 13(2), pp. 51-65. <https://doi.org/10.1353/jod.2002.0026>
- LIMONGI, F., VASSELAI, F. (2016), *Coordenando Candidaturas: Coligações e Fragmentação Partidária nas Eleições Gerais Brasileiras. 10.º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte, Associação Brasileira de Ciência Política.
- LOUBET DEL BAYLE, J.-L. (2000), *Initiation aux méthodes des sciences sociales*, Paris-Montréal, L'Harmattan.
- LUPU, N. (2013), "Party brands and partisanship: theory with evidence from a survey experiment in Argentina". *American Journal of Political Science*, 57(1), pp.49-64. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2012.00615.x>
- LUPU, N. (2014), "Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America". *World Politics*, 66(4), pp. 561-602. <https://doi.org/10.1017/S0043887114000197>

- MAINWARING, S., Meneguello, R., Power, T. (2000), *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: quais São, o que Defendem, quais São Suas Bases*, São Paulo, Paz e Terra.
- MELO, C. R. F. (2010), “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 4, pp. 13-41.
- NICOLAU, J., SCHMITT, R. A. (1995), “Sistema eleitoral e sistema partidário”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 36(95), pp. 129-147.
- ORTELLADO, P., SOLANO, E. (2016), “Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015”. *Perseu*, 7(11), pp. 169-180.
- PEREIRA, J. C. R. (1999), *Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- PERES, P., RICCI, P. e RENNÓ, L. (2011), “A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais”. *Latin American Research Review*, 46(3), pp. 46-68.
- PESTANA, M. H., GAGEIRO, J. N. (2008), *Análise de Dados para Ciências Sociais: a Complementaridade do SPSS* (5.ª ed.), Lisboa, Sílabo.
- POWER, T. J., ZUCCO JR., C. (2009), “Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005”. *Latin American Research Review*, 44(1), pp. 218-246.
- QUADROS, D. G. de, MORAES, T. P. B. de. (2016), “A crise do governo Dilma Rousseff em 140 caracteres no Twitter: do #impeachment ao #foradilma”. In ANPOCS (ed.), *40.º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu – MG, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), pp. 1-30.
- RODRIGUES, L. M. (2002), *Partidos, Ideologia e Composição Social: um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo, Edusp.
- SCHEEFFER, F. (2016), *Ideologia e Comportamento Parlamentar na Câmara dos Deputados: Faz Sentido ainda Falar em Esquerda e Direita?*, Florianópolis – SC, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SEGURADO, R., CHICARINO, T. e MALINA, P. (2016), “A polarização política brasileira analisada através do monitoramento de rede focado nos perfis do MBL e da CUT no Twitter”. In ANPOCS (ed.), *40.º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu – MG, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), pp. 1-22.
- TAROUCO, G. D. S., MADEIRA, R. M. (2013), “Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos”. *Revista Debates*, 7(2), pp. 93-114.
- TATAGIBA, L., TRINDADE, T., TEIXEIRA, A. C. C. (2015), “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”. In S. V. e Cruz, A. Kaysel, G. Codas (eds.), *Direita, Volver!: o Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 197-212.
- TELLES, H. de S., STORNI, T. P. L. (2011), “Ideologia e valores: o voto dos eleitores de direita e de esquerda”. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, 1(1), pp. 87-146.
- VASQUEZ, V. L., FERNANDES, J. L. M. (2015), “Perfis dos deputados federais da 55.ª Legislatura (2015-2018): tendências conservadoras?”. In *39.º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu (MG), Brasil, Anpocs, pp. 1-25.

- WIESEHOMER, N., Benoit, K. (2007), *Parties and Presidents in Latin-America: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2006-2007*, Konstanz, Dublin, University of Konstanz, Trinity College Dublin.
- ZUCCO JR., C. (2011), “Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros”. In T. J. Power, C. Zucco Jr. (eds.), *O Congresso por ele Mesmo: Auto percepções da Classe Política Brasileira*, Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 37-60.

---

Recebido a 17-05-2017. Aceite para publicação a 05-02-2018.

---

CODATO, A., BERLATO, F., BOLOGNESI, B. (2018), “Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica”. *Análise Social*, 229, LIII (4.º), pp. 870-897.

---

Adriano Codato » [adriano@ufpr.br](mailto:adriano@ufpr.br) » Universidade Federal do Paraná » Rua xv de Novembro, 1299, Centro — CEP 80060-000, Curitiba, PR, Brasil » <https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>.

Fábia Berlatto » [fabiaberlatto@gmail.com](mailto:fabiaberlatto@gmail.com) » Universidade Federal do Paraná » Rua xv de Novembro, 1299, Centro — CEP 80060-000, Curitiba, PR, Brasil » <https://orcid.org/0000-0002-9418-1652>.

Bruno Bolognesi » [brunobolognesi@gmail.com](mailto:brunobolognesi@gmail.com) » Universidade Federal do Paraná » Rua xv de Novembro, 1299, Centro — CEP 80060-000, Curitiba, PR, Brasil » <https://orcid.org/0000-0002-1483-7501>.

---